

Relatório da Administração			
		2025	
Energia elétrica		(655)	
Produtos químicos		(6)	
PECLD		(749)	
Provisão para contingências		–	
Outros		(1.306)	
Margem de Construção		141	
EBITDA¹		(2.516)	
Margem EBITDA		-57,8%	
Lucro Líquido		10.526	
Investimentos		87.567	
Capex		5.485	
Outorga		82.082	
Divída (Caixa) Líquida		(94.265)	
(+) Dívida Bruta		256.151	
(–) Caixa e Disponibilidades		(350.416)	
1 - Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras/Informações Trimestrais deduzida a receita de construção do ativo intangível. 2 - Valores não contemplam o custo de construção do ativo intangível e a amortização e depreciação.			
3 - EBITDA Considera margem de construção. Em 2025, a Companhia iniciou suas operações comerciais e registrou Receita Líquida de R\$ 4,4 milhões e custos e despesas operacionais de R\$ 7,0 milhões. Em 20 de junho de 2025, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 254 milhões e vencimento em novembro de 2027. Os recursos da emissão foram destinados ao pagamento da 1ª parcela da outorga fixa e parte dos investimentos iniciais na concessão.			

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2025	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa	4	510	Fornecedores e empreiteiros
Aplicações financeiras	5	349.906	Debêntures
Contas a receber de clientes	6	3.947	Obrigações trabalhistas e sociais
Estoques		229	Obrigações fiscais
Tributos a recuperar		1.796	Dividendos a pagar
Outros créditos	7	381	Outras contas a pagar
Total do ativo circulante		356.769	Total do passivo circulante
Outros créditos	7	197.891	Debêntures
Total do realizável a longo prazo		197.891	Outras contas a pagar
Ativo fiscal diferido	19.b.	418	Total do passivo não circulante
Imobilizado		388	Total do passivo
Ativo de contrato da concessão	9	7.196	Patrimônio líquido
Intangível	10	119.977	Capital social
Total do ativo não circulante		325.870	Ajuste de avaliação patrimonial
Total do ativo		682.639	Reservas de lucros
			Total do patrimônio líquido
			Total do passivo e patrimônio líquido

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)			
Reservas de lucros			
	Nota	Capital social Subscrito	Ajuste de avaliação patrimonial
		1	–
Saldos em 19 de maio de 2025	15 a.	450.046	(83.473)
Aumento de capital social		–	–
Lucro líquido do exercício		–	–
Destinação:			
Reserva legal	15 b.	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	15 c.	–	–
Lucros retidos	15 d.	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025		450.047	(83.473)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)			
1. Contexto operacional: A Águas do Pará D SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de propósito específico, com registro de companhia aberta na categoria “B” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), desde 15 de janeiro de 2026, localizada no município de Belém, Estado do Pará, constituída em 19 de maio de 2025. Tem por objeto social, na qualidade de Sociedade de Propósito Específico a prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos termos do respectivo contrato de concessão, com prazo de 40 anos, bem como de atividades acessórias ou associadas, obedecida a legislação vigente e as disposições do Edital da Concorrência Pública Internacional nº 02/2024, Processo nº 2024/2525947 promovido pelo Governo do Estado do Pará. O contrato de concessão foi assinado em 11 de julho de 2025, estabelecendo prazo de 40 anos para a concessão. Após a assinatura teve início a operação assistida do sistema pelo período de 270 dias e a operação plena está prevista para início em 07 de abril de 2026. Segmento operacional: A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. 2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 16 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. 3. Políticas contábeis materiais: A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo na elaboração destas demonstrações financeiras. a) Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor exercício entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. b) Ativos intangíveis: A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “d”. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo			

esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor. c) Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada exercício dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja,

Reconciliação do EBITDA		
EBITDA (‘000)		2025
Lucro Líquido		10.526
(+) Resultado Financeiro		(14.008)
(+) Imposto sobre Lucro		(418)
(+) Depreciação e Amortização		1.384
EBITDA CVM 156		(2.516)
Indicadores de Equidade e de Diversidade - Lei Federal nº 6.404/1976, conforme alterações incluídas pela Lei Federal nº 15.177/2025: Em 31 de dezembro de 2025, as mulheres representavam 15,5% do total de empregados, 24,0% dos cargos de liderança e 100% da administração (diretoria estatutária e conselho de administração). A diferença média de remuneração total entre mulheres e homens, calculada como a razão entre o salário base médio de mulheres e o salário base médio de homens, foi de 1,10 em 2025. Tendo em vista que a Companhia foi constituída e iniciou suas operações em 2025, não há informações comparáveis para períodos anteriores. A Aegea e suas controladas e coligadas mantêm compromisso com a promoção da diversidade, equidade e inclusão. A Aegea desenvolve iniciativas para ampliar a representatividade e fortalecer equipes diversas, incluindo metas para aumentar a participação feminina em posições de liderança. Esse compromisso também está refletido em metas públicas associadas à emissão de Sustainability-Linked Bonds (SLB) da Aegea, entre elas elevar a participação de mulheres em cargos de liderança de 32% para 45% até 2030, além de ampliar a representatividade racial na liderança. Essas medidas fazem parte da estratégia da Companhia, que busca refletir, em seu quadro de colaboradores, a diversidade da população dos locais em que atua, contribuindo para o fortalecimento de sua licença social para operar.		

Demonstração do resultado		
Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2025
Receita operacional líquida	16	11.548
Custos dos serviços prestados	17	(11.739)
Lucro bruto		(191)
Despesas administrativas e gerais	17	(3.709)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(3.900)
Receitas financeiras	18	25.041
Despesas financeiras	18	(11.033)
Resultado financeiro		14.008
Resultado antes dos tributos		10.108
Imposto de renda e contribuição social diferido	19.b.	418
Lucro líquido do exercício		10.526
Resultado por ação		
Resultado por ação - Básico (em R\$)	21	0,03
Resultado por ação - Diluído (em R\$)	22	0,03

Demonstração do resultado abrangente		
Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2025
Lucro líquido do exercício		10.526
Outros resultados abrangentes		–
Resultado abrangente total		10.526

Demonstração do fluxo de caixa		
Período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos		10.108
Ajustes para:		
Amortização e depreciação		1.384
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	6 e 17	749
Atualização monetária do capital social	18	(3.335)
Margem de construção ativo intangível	9 (i)	(141)
Rendimentos de aplicações financeiras	18	(13.698)
Encargos sobre debêntures	13 e 18	6.698
Juros de arrendamentos	14 (i) e 18	3
Amortização do custo de captação	13 e 18	826
Realização do ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	18	(8.001)
		(5.407)

Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes		(4.696)
Ativos financeiros contratuais		–
Estoques		(229)
Depósitos judiciais		–
Tributos a recuperar		(82)
Outros créditos		(380)
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros		3.383
Obrigações trabalhistas e sociais		685
Obrigações fiscais		937
Outros tributos diferidos		–
Outras contas a pagar		3.162
Juros pagos sobre arrendamentos		(3)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		(2.630)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas		(338.019)
Juros recebidos		97
Aquisição de ativo de contrato da concessão	9 (i)	(5.485)
Aquisição de intangível	10 (ii)	(82.082)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(425.489)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Debêntures captadas	13	254.153
Custo na captação de debêntures	13	(5.526)
Aumento de capital social	15 a.	180.018
Pagamentos de arrendamentos	14 (i)	(16)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		428.629
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		510
Caixa e equivalentes de caixa em 19 de maio	4	–
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	510
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		510

quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. Contas a receber de clientes: Para o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber, são consideradas premissas, as quais são as principais fontes de incerteza da estimativa. A companhia foi constituída recentemente e não possui histórico de inadimplência, sendo assim, a estimativa de perdas de créditos esperadas foi mensurada tomando por base o comportamento regional de unidades já pertencentes ao grupo econômico ao qual a Companhia está inserida e que possuem características populacionais semelhantes, bem como foi feita uma análise de dados observáveis relativos a outra empresa da mesma região. (ii) Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no

<

continuação

11. Fornecedores e empreiteiros

Fornecedores de materiais e serviços
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)
Total

A exposição da Companhia a riscos de liquidez é divulgada na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

12. Debêntures

	Vencimento	Valor
	final dos	Desembolsado/
	contratos	Captado
Modalidade	Encargos	Contratado
Debêntures	CDI + 2,85% Novembro/2027	254.153
Total		256.151
Circulante		4.233
Não circulante		251.918

Cronograma de amortização da dívida: As parcelas classificadas no passivo não circulante no período findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures

	2025
2027	254.153
Total	254.153
Custo de captação (não circulante)	(2.235)
Total	251.918

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2025 totaliza o montante de R\$ 4.700. Em 25 de junho e 15 de dezembro de 2025, a Companhia, realizou a captação da 1ª série e 2ª série nos montantes de R\$ 56.557 e R\$ 197.596, respectivamente, referentes à 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografia, com garantia de Alienação Fiduciária de 100% das Ações e Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios, para distribuição pública, sob rito de registro automático, no montante total de R\$ 254.153, com vencimento em novembro de 2027, remunerados pelo CDI acrescido de taxa de juros de 2,85% a.a., pagos anualmente. A Companhia realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e de todas as demais cláusulas restritivas referentes aos seus contratos de financiamento e debêntures, as quais estão sendo cumpridas integralmente. Considerando o desempenho da Companhia previsto para os próximos trimestres, bem como o desenrolar dos cenários macro econômicos e geopolíticos, não há, neste momento, expectativa da administração de qualquer descumprimento de referidas obrigações e demais cláusulas contratuais.

13. Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento:

	Debêntures	Arrendamentos	Capital social	Total
Movimentação				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	1	1
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	254.153	-	-	254.153
(-) Pagamentos do principal	-	(16)	-	(16)
(-) Custo de emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.526)	-	-	(5.526)
Aumento de capital social	-	-	180.018	180.018
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	248.627	(16)	180.018	428.629
Outras variações				
Novos arrendamentos	-	396	-	396
(-) Juros pagos	-	(3)	-	(3)
Provisão de encargos	6.698	3	-	6.701
Amortização de custo de captação	826	-	-	826
Crédito com acionista	-	-	197.891	197.891
Total das outras variações relacionadas com passivos	7.524	396	197.891	205.811
Saldos em 31 de dezembro de 2025	256.151	380	377.909	634.440

14. Outras contas a pagar

	2025
Direito de outorga a pagar (i)	42.177
Arrendamentos (ii)	381
Outras contas a pagar com partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	255
Total	42.813
Circulante	23.867
Não circulante	18.946

(i) O montante a pagar em 31 de dezembro de 2025 é devido ao Estado do Pará que será pago em duas parcelas até 2029 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. O montante está líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 4.953 calculados com base na taxa média de 8,02%. (ii) A Companhia possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	2025
Saldo inicial	-
Adições	396
Acrescimo de juros	3
(-) Pagamentos do principal	(16)
(-) Pagamentos de juros	(3)
Saldo final	381
Circulante	91
Não circulante	290

O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2025 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,58% a.a. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes.

Cronograma

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:

	2025
2027	90
2028	99
2029 em diante	100
Total	290

15. Patrimônio líquido:

a) Capital social: Em 19 de maio de 2025, foi aprovada a constituição da Companhia mediante subscrição e integralização de 1.000 ações ordinárias no montante de R\$ 1, todas nominativas e sem valor nominal e em posse da única acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. Em 13 de junho de 2025, a única acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. aumentou o capital social da Companhia em R\$ 179.248 mediante emissão de 179.247.836 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2025, a única acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. subscreveu o montante de R\$ 270.797 mediante emissão de 270.797.165 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Desse total, R\$ 770 foram integralizados pelo acionista na mesma data, enquanto o valor remanescente de R\$ 270.027 permanece a integralizar conforme o boletim de subscrição. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 450.046, representado por 450.046.001 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse montante, R\$ 273.362 (R\$ 197.891 a valor presente) referem-se à obrigação do acionista de integralizar recursos em caixa, registrada como parte do capital subscrito ainda não integralizado. Em 31 de dezembro de 2025, o acionista e o respectivo percentual de participação estão assim apresentados:

	Participação
	100,00%

b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. c) Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e reserva de subvenção para investimento. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2025
Lucro líquido do período	10.526
(-) Constituição da reserva legal	(526)
Lucro líquido ajustado	10.000
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	2.500
Dividendos destinados no período	
Dividendos destinados do resultado do período	2.500

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou o montante de R\$ 2.500, a título de dividendos mínimos obrigatórios. d) Reserva de retenção de lucros: A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente à constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

16. Receita operacional líquida

	2025
Receita de prestação de serviços	
Serviços de abastecimento de água	4.789
Serviços de esgoto	71
Receitas de construção ativo intangível	7.196
Total receita bruta	12.056
Deduções da receita bruta	
(-) Cancelamentos e abatimentos	(65)
(-) Tributos sobre serviços	(443)
Total da receita operacional líquida	11.548

17. Custos e despesas por natureza

	2025
Pessoal	(1.376)
Conservação e manutenção	(294)
Serviços de terceiros	(2.390)
Materiais, equipamentos e veículos	(233)
Amortização e depreciação	(1.384)
Custos de construção ativo intangível	(7.055)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	(749)
Energia elétrica	(655)
Locação	(412)
Produtos químicos	(6)
Outros	(894)
Total	(15.448)
Custos dos serviços prestados	(11.739)
Despesas administrativas e gerais	(3.709)

18. Resultado financeiro

	2025
Receitas	
Rendimentos de aplicações financeiras	13.698
Juros e multa recebidos ou auferidos	7
Atualização monetária do capital social	3.335
Realização do ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	8.001
Receitas financeiras	25.041
Despesas	
Encargos sobre debêntures (nota explicativa nº 13)	(6.698)
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(637)
Despesas e comissões bancárias	(61)
Amortização do custo de captação (nota explicativa nº 13)	(826)
Ajuste a valor presente de outorga	(2.808)
Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 14)	(3)
Despesas financeiras	(11.033)
Resultado financeiro	14.008

19. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no período findo de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025, está apresentada como segue:

	2025
Resultado antes dos tributos	10.108
Alíquota fiscal	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(3.437)
Atualização monetária do capital social	1.135
Realização de AVP sobre aporte	2.720
Imposto de renda e contribuição social:	
Diferido	418
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	418
Alíquota efetiva	4%

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Resultado	2025
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	255	255
Provisão para participação nos lucros	71	71
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.742	1.742
Ativo fiscal diferido	2.068	2.068
Custo de captação de debêntures	(1.598)	(1.598)
Arrendamentos	(3)	(3)
Receita de construção	(49)	(49)
Passivo fiscal diferido	(1.650)	(1.650)
Passivo fiscal diferido líquido	418	418

20. Instrumentos financeiros: Visão Geral:

A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 749 representando aproximadamente 27,12% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham rating igual ou superior a AA. O rating são aqueles publicados pelas agências: Fitch, Standard&Poor's e Moody's, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2025
Bancos conta movimento	4	490
Aplicações financeiras	5	349.906
Contas a receber de clientes	6	3.947
Crédito com acionista	7	197.891
Total		552.234

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e reflete o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

	Fluxo financeiro projetado					
	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	4.953	4.953	4.953	-	-	-
Debêntures	256.150	342.414	27.444	314.970	-	-
Dividendos a pagar	2.500	2.500	2.500	-	-	-
Outras contas a pagar	42.813	56.405	27.716	2.874	25.309	506
Total	306.416	406.272	62.613	317.844	25.309	506

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

• Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures e outras contas a pagar. Na data das Demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	2025
Instrumentos de taxa variável	
Ativos financeiros	
Aplicações financeiras	349.906
Crédito com acionista	197.891
Total	547.797

Instrumentos de taxa variável

Passivos financeiros

Debêntures	260.850
Direito de outorga a pagar	42.178
Total	303.028

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das Demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Cenários				
	I	II	III	IV	V
Taxa de juros efetiva a.a.					
Exposição					
Patrimonial					
1 - Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	Variação do CDI	14,90%	52.136	65.170	78.204
Crédito com acionista	Variação do IPCA	4,26%	8.430	10.538	12.645
2 - Passivos financeiros					
Debêntures	Variação do CDI	14,90%	(38.867)	(48.584)	(58.301)
Direito de outorga a pagar	Variação do IPCA	4,26%	(1.797)	(2.246)	(2.696)
Total			19.902	24.878	29.852
			1.348	1.492	(899)
			19.902	24.878	29.852

Gerenciamento do capital: A Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

						Valor contábil	Valor Justo
Ativo	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo			2025	2025
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4	Custo amortizado	-	510		510	
		Valor justo por					
Aplicações financeiras (i)	5	meio do resultado	Nível 2	349.906		349.906	
Contas a receber de clientes (ii)	6	Custo amortizado	-	3.947		3.947	
Crédito com acionista (i)	7	Custo amortizado	-	197.891		197.891	
Total				552.254		552.254	
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros (i)	11	Custo amortizado	-	4.953		4.953	
Debêntures (ii)	12	Valor justo	Nível 2	256.151		276.657	
Dividendos próprio a pagar (i)	8	Custo amortizado	-	2.500		2.500	
Direito de outorga a pagar (i)	14	Custo amortizado	-	42.177		42.177	
Total				305.781		326.287	

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações. (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

21. Resultado por ação

	2025
Resultado básico e diluído por ação	
Lucro líquido da Companhia	10.526
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	380.202
Resultado básico e diluído por ação - R\$	0,03
A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. 22. Transações que não afetaram caixa: No período de 19 de maio a 31 de dezembro de 2025, as transações de investimentos e financiamentos que não afetaram caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, estão apresentadas abaixo:	

	2025
Aquisição de ativo de contrato da concessão	1.570
Adições de ativo de direito de uso	396

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia possui compromisso mensal de pagamento da taxa de Regulação, Fiscalização e Controle que terá valor correspondente a 1,5% sobre o Benefício Econômico Anual do serviço regulado, e será recolhida até o 10º dia útil de cada ano, a partir do início da operação plena. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) Abastecimento de água: alcançar 74,5% de cobertura dos serviços até o final do 1º ano da concessão (início de 2027) e atingir 99% de cobertura até o final do 8º ano da concessão (início de 2034); (ii) Coleta de esgoto: alcançar 14,6% de cobertura até o final do 1º ano da concessão (início de 2027) e atingir 90% de cobertura até o final do 8º ano da concessão (início de 2034), mantendo este índice até o término da concessão; (iii) Redução de perdas: reduzir as perdas para 42,0% até o final do 1º ano da concessão (início de 2027); 36,7% até o final do 2º ano da concessão; e 25% até o final do 9º ano da concessão, mantendo a meta até o término da concessão.

24. Aspectos ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. 25. Eventos Subsequentes: Em 07 de janeiro de 2026, a Companhia pagou a 2ª parcela de outorga fixa ao poder concedente, no valor de R\$ 23.565, correspondente a 20% do valor total de R\$ 117.827.

* continuação		Diretoria		Contador	
André Macedo Facó Diretor Presidente		Valdir Antonio Alcarde Junior Diretor Executivo		Vinicius Saraiva Caração Benedito CRC 1SP295505/O-9	

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Águas do Pará D SPE S.A.** Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Pará D SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de 19 de maio de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas do Pará D SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 19 de maio de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria: A Companhia fornece e reconhece receita sobre serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia possui um alto volume de clientes e a correta identificação e manutenção de cadastro desses clientes se torna complexa para garantir a identificação dos clientes e determinação da existência de um contrato entre as partes, bem como, ações de cobrança que garantam o recebimento da contraprestação pela prestação de serviços. Adicionalmente, a mensuração da receita não faturada, mas que representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, envolve julgamento relevante. Dada a complexidade na determinação da existência de contratos válidos entre as partes em função do volume de clientes, e consequentemente a incerteza sobre o recebimento da contraprestação sobre a prestação de serviços, consideramos esse assunto como um Principal Assunto de Auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - O entendimento dos processos e controles internos estabelecidos para identificação de clientes e consequentemente a existência de um contrato de prestação de serviço válido entre as partes; - Com base em amostra, inspecionamos as faturas emitidas a clientes e comprovantes de recebimento; - Avaliamos a estimativa relacionada ao registro da receita incorrida mas não faturada; - Testes de corte (*cut-off*, incluindo análise de transações registradas próximas ao encerramento do exercício; e - Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento de receita sobre prestação de serviço referente ao fornecimento de água e tratamento de esgoto. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes no reconhecimento de receita de prestação de serviço de água e esgoto os quais foram registrados pela Administração. Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles relacionados à identificação de clientes. Em função disso, houve a necessidade

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

de extensão dos nossos procedimentos substantivos para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto aos valores de receita de prestação de serviços. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os critérios adotados pela Companhia para o reconhecimento da receita de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, bem como as premissas utilizadas na determinação do reconhecimento de receita incorrida mas não faturada, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de abril de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Rafael Santos Pereira
Contador CRC 1SP255172/O-5

AGUAS PARA D 2304 dig pdf

Código do documento c3919e04-73f4-49a1-b7a5-53549c35c906



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

23 Apr 2026, 08:47:44

Documento c3919e04-73f4-49a1-b7a5-53549c35c906 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-23T08:47:44-03:00

23 Apr 2026, 08:48:11

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-23T08:48:11-03:00

23 Apr 2026, 08:48:35

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 187.255.194.75 (bbffc24b.virtua.com.br porta: 26646) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2026-04-23T08:48:35-03:00

Hash do documento original

(SHA256):0ba434b86758d2ce94c9ebf77ee2ef4a5d0b36fbd1de7ca9645daa60a3de147f

(SHA512):3d9fe0c6d9d52b170ff8584c632f93131ecf4680c69517985e0fc616757ca41f95f88b5aa0df4834e580f63efa8fd4305066e9bac25732de53c7573d65424485

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.